

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santarense*



**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO**

**REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 12.01.2021.01-TP**

**IMPUGNANTE: D.S. ASSESSORIA**

**Michele Ferreira Gonçalves**, brasileira, servidora, no cargo de Presidente da Comissão de Licitação da prefeitura Municipal de Santana do Cariri-Ce, instada a se pronunciar acerca do **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO** interposto pelo licitante **D.S.ASSESSORIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 23.172.135/0001-30, através de seu representante legal o sr(a) Francisco Denilson de Souza Teodoro, contra disposições do edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 12.01.2021.01-TP**, passa a apresentar as suas considerações, fazendo-as pelos motivos adiante expostos:

**I.SÍNTESE DOS FATOS**

Trata-se de processo administrativo de Tomada de Preços nº 12.01.2021.01-TP tendo como objeto a contratação de prestação de serviços de consultoria técnica na área de compras governamentais, com data de abertura marcada para o dia 04 de fevereiro, às 09:00, na sala da comissão de licitação.

Não obstante, cuida-se em registrar que o aviso de realização do procedimento administrativo de Tomada de Preços foi publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado do Ceará, em jornal de grande circulação, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, no sítio eletrônico da prefeitura municipal de Santana do Cariri-Ce e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santarense*



Assim sendo, diante da ampla publicidade que lhe foi conferido, insurgiu-se a empresa D.S. ASSESSORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.172.135/0001-30, com endereço na Rua Dr. Remy Archer, quadra 178, casa 16-A com sede em CODÓ, Estado do MARANHÃO.

## II. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme inteligência do § 1º, do art. 41 da Lei de Licitações e Contratos Públicos, *in verbis*:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.”

Com efeito, da leitura do normativo legal reproduzido, urge registrar que o Pedido de Impugnação, protocolado no dia 22/01/21, é tempestivo, razão pela qual o mesmo é conhecido.

Noutro giro, assente-se também, a tempestividade da resposta alusiva a Impugnação.

## III. DA ANÁLISE DO MÉRITO

A empresa impugnante, *em síntese*, faz os seguintes questionamentos:

a) acerca do objeto do certame, diz a empresa impugnante que seria irregular a exigência de profissional com formação superior, considerando que os serviços a

*[Handwritten signatures and marks]*



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santarense*



serem contratados, *no seu entender*, seriam de nível técnico e, portanto, prescindiriam de profissional com graduação especializada.

Pois bem. Diante da interpretação, que conferiu ao termo técnico a desnecessidade de capacitação especializada, convém esclarecer que, tivesse a empresa impugnante detido-se no detalhamento do objeto, divisaria que os serviços almejados prescindem de que a empresa interessada tenha *expertise* na área a ser contratada.

Nesse azo, entende à administração, diante do seu poder discricionário e decisório, inobstante agir dentro de limites legais, a bem do interesse público, rodeando-se de cautelas e buscando o seguro desempenho das atividades perqueridas, que os serviços possam ser prestados por empresa que demonstre adequada infraestrutura.

Isto posto, a Comissão de Licitação não acata o enredo exarado, considerando ser o mesmo uma mera perspectiva desarcertada, não havendo mal ferimento de qualquer substrato legal, porquanto o interesse da administração deve ser mantido, assegurando-se de que a futura contratação seja realizada com empresa comprovadamente capaz de bem executar os serviços identificados como necessários pelo ente municipal.

**b)** relativamente à insurgência acerca do Certificado de Registro Cadastral – CRC, a própria empresa impugnante reconhece ser faculdade da administração, a possibilidade de substituir, ou não, a documentação capitulada nos arts. 28 a 31 da Lei 8.666/93.

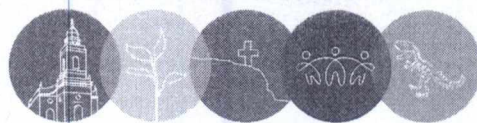
Nesse contexto, a argumentação da impugnante quanto ao item acima é contraditória. Desse modo, vê-se ser indispensável volver algumas explicações.

Sobre o Certificado de Registro Castral - CRC, em especial, em casos em que a modalidade de licitação determinada seja de Tomada de Preços, diz a legislação correlata aplicável:

Art. 22. São modalidades de licitação:

(...)

Rua Dr. Plácido Cidade Nuvens, 387, CEP: 63190-000 | CNPJ: 07.597.347/0001-02 | [licitasantana2021@gmail.com](mailto:licitasantana2021@gmail.com)



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



II - tomada de preços;

(...)

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre **interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação. (grifo nosso)

De acordo com o Tribunal de Contas da União - TCU:

(...) uma das distinções da modalidade de licitação Tomada de Preços das outras é, justamente, a existência da habilitação prévia à abertura do procedimento, mediante o cadastramento dos Interessados nos registros cadastrais da Administração. E, para atender ao princípio da competitividade, os não previamente cadastrados têm garantida a possibilidade de se inscreverem até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, contanto que satisfaçam as exigências para a devida qualificação. (Acórdão nº 718/2009 – Primeira Câmara)

Como se depreende, o interessado deve, **obrigatoriamente**, providenciar o seu registro de cadastro junto ao órgão licitante, como frui o edital, até o terceiro dia anterior a data de realização do certame.

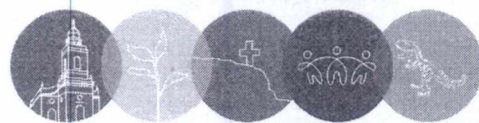
Em assim sendo, a exigência de cadastramento do licitante junto ao ente licitante, é condição característica, típica em procedimentos na modalidade de Tomada de Preços, ou seja, não é uma faculdade do licitante, mas uma obrigação indisponível.

Nas lições de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

“O que o licitante se obriga a apresentar é toda documentação exigida para fins de inscrição, ou seja, deve observar a norma do art. 35, combinada com a do art. 27, até o terceiro dia anterior à data marcada para o recebimento das propostas (Temas Polêmicos Sobre Licitações Contratos – Ed. Malheiros, p.66)

No mesmo sentido, segundo os ensinamentos de MARÇAL JUSTEN  
FILHO:

“Por isso, a melhor interpretação é a de que os interessados em participar deverão apresentar, até três dias antes da data prevista para entrega das propostas, toda a documentação necessária à obtenção do cadastramento”



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



(in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 264)

Outrossim, ressalva Diógenes Gasparini:

Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22, §2º). Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial). Não obstante a diversidade da formalidade e da época do cadastramento, os integrantes dos dois grupos deverão estar cadastrados, daí nossa definição, só mencionar interessados cadastrados.

A qualificação dos interessados é prévia, ou seja, efetivada por ocasião do cadastramento normal ou na oportunidade do cadastramento especial.” (Direito Administrativo, 13ª ed., Saraiva, São Paulo, 2008, pp. 566/567)

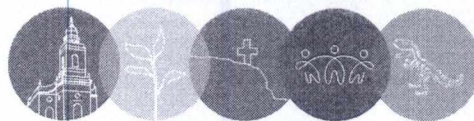
Trata-se de uma característica desta modalidade. A empresa interessada em participar da licitação deve se cadastrar. Caso contrário, não conseguirá participar da licitação.” <https://portal.conlicitacao.com.br/duvidas/25133/>

Na esteira, diz o Acórdão nº 649/2006 – TCU- Segunda Câmara:

“A lei exige que na tomada de preços os interessados estejam devidamente cadastrados ou atendam a todas as condições para tanto até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93).

Portanto, no que pertine à necessidade de efetivação de cadastro junto ao órgão licitante, considerando que a modalidade indicada é de Tomada de Preços, não se vislumbra qualquer anormalidade.

Sobre o tema, de acordo com o Manual de Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência, do TCU, 4ª edição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



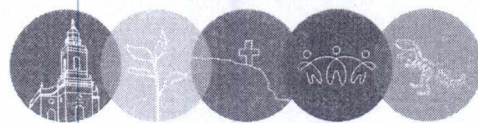
Cadastramento prévio exigido para participação em tomada de preços não se confunde com a habilitação. Tem por objetivo tornar a licitação mais célere e simplificada, pois a Administração exigirá do licitante cadastrado apenas os documentos de habilitação que não constem do respectivo registro. Pode ser feito na entidade ou órgão promotor do certame, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou nos sistemas equivalentes adotados pelos estados e municípios. Exceto na modalidade pregão, a habilitação é realizada no momento de abertura dos envelopes com os documentos, qualquer que seja a licitação adotada.

Em tomada de preços, o cadastramento deve estar regularizado até três dias antes do recebimento dos envelopes com a documentação e a proposta.

Na mesma toada são os arestos dos nossos Tribunais, a exemplo:

MANDADO DE SEGURANÇA - INDEFERIMENTO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA EM LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE REGULARIDADE DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - INEXISTÊNCIA DE PROBLEMAS TÉCNICOS - CERTIDÃO EMITIDA PELO SETOR RESPONSÁVEL - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA. 01. Não há direito líquido e certo a reconhecer, se a empresa participante da licitação, não apresentou o Certificado de Registro Cadastral devidamente atualizado, tampouco enviou a tempo a documentação exigida, restando comprovado não ter ocorrido qualquer problema técnico. 02. Ademais, não cabe ao Juízo verificar a regularidade da documentação apresentada, haja vista que a análise é feita na esfera administrativa, pelo Setor responsável, devendo o Poder Judiciário intervir apenas em caso de ilegalidade, o que não se verificou na hipótese. 03. Segurança denegada. (TJ-MS - MS: 14143339820198120000 MS 1414333-98.2019.8.12.0000, Relator: Des. Vladimir Abreu da Silva, Data de Julgamento: 25/06/2020, 4ª Seção Cível, Data de Publicação: 30/06/2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO LICITATÓRIO - INABILITAÇÃO - INOBSERVÂNCIA DO EDITAL - MEDIDA LIMINAR - REQUISITOS AUSENTES. - Para a concessão da liminar em Mandado de Segurança, devem concorrer dois requisitos: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Ausentes os requisitos, deve-se indeferir a medida pleiteada - O edital do processo licitatório - Tomada de Preços nº 001/2018 - deixa claro que a ausência de documento ou a apresentação dos documentos em desacordo com o previsto implica a inabilitação da licitante - O edital é a lei para os concorrentes, devendo os licitantes cumprir fielmente suas disposições, sob pena de ferir os princípios básicos da licitação, especialmente quanto à legalidade, igualdade e vinculação ao edital. (TJ-MG - AI: 10248180001773001 MG, Relator:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



Dárcio Lopardi Mendes, Data de Julgamento: 30/08/2018, Data de Publicação: 04/09/2018)

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MODALIDADE TOMADA DE PREÇO. CADASTRO COM CERTIDÕES VENCIDAS INABILITAÇÃO. LC 123/06. Afigura-se correta a inabilitação da empresa licitante, quando, na modalidade Tomada de Preços, apresenta ela cadastro com documentos e certidões cuja data de validade já havia expirado, ausente qualquer quebra ao princípio da isonomia, inalterada pela Lei de Licitações e seu art. 22, §2º em face do disposto nos arts. 42 e 43, §1º, LC 123/06, quanto à regularidade da situação cadastral e sua demonstração, tal como versado nos itens 4.1 e 5.1 do edital competitivo. (Agravo de Instrumento nº 70043608934, 21ª Câmara Cível, TJRS, Rel. Armínio José Abreu Lima da Rosa, 07.04.11 – Decisão Monocrática nº 70043608934)

Já, referente a possibilidade de substituição dos documentos alusivos aos artigos 28 a 31 da Lei de Licitações e Contratos Públicos, a saber:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

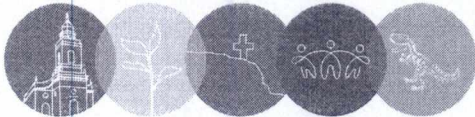
(...)

§ 3º .A documentação referida neste artigo **poderá** ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei. (grifo nosso)

Veja-se que o termo que a lei utiliza é *poderá*.

*In casu*, à administração não deferiu essa possibilidade no edital em comento, razão pela qual é necessário ao licitante interessado, a apresentação da documentação ali elencada.

Dessa forma, considerando que a documentação previamente exigida no instrumento convocatório é adequada a natureza do certame, sendo ônus dos licitantes diligenciarem para providenciar e apresentar no tempo devido a documentação para fins de cadastramento e participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



Diante das considerações acima, entende a Comissão de Licitação que não há qualquer anormalidade a ser corrigida, porquanto esta a exigência albergada em Lei, abarca todos os interessados, não podendo a mesma agir de modo diverso.

c) no que concerne aos questionamentos acerca das consultas ao CEIS, ao Cadastro Nacional por Condenações Cíveis e ao CADICON- TCU, é despidendo esclarecer que os tópicos referem-se a possíveis conferências que podem ser realizadas para aferir a condição de idoneidade do licitante, não sendo as mesmas imposições de habilitação, como equivocadamente concluiu a empresa impugnante.

Isto posto, de modo breve e objetivo, porquanto sendo tema de fácil cognição, torna-se desnecessário tecer considerações mais laboradas, informamos as consultas não são critérios de habilitação, e por consrguinte, muito menos documentos de habilitação.

Em face do exposto, não é possível coligir nenhuma atecnia editalícia.

d) quanto ao questionamento acerca da comprovação de quadro de funcionários qualificados e da necessidade de demonstração do vínculo daqueles com a empresa licitante, vejamos o disposto na legislação:

Art. 30. *omissis*

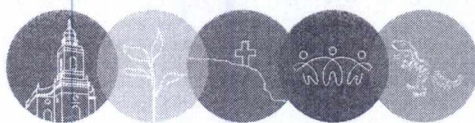
(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e **indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;**(grifo nosso)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

É cediço, que mesmo com uma superficial leitura dos dispositivos legais acima reproduzidos, é possível compreender que é permitido ao ente licitante solicitar que os interessados em atuar no certame apresentem documentos relativos à qualificação técnico, demonstrando que o corpo de profissionais a ele vinculado possui a capacidade necessária para a contratação pretendida.

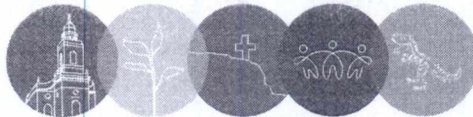
Assim, relativamente à capacitação técnico-profissional, o art. 30, §1º, I da Lei de Licitações verbera a possibilidade de exigir a *“comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes”*.

De outro norte, quanto a comprovação de vínculo, o edital dispõe que o licitante interessado delibere, dentre as opções ofertadas, sobre a comprovação da conexão de trabalho, não limitando e muito menos restringindo a participação, bastando a demonstração do mesmo, na data prevista para a apresentação das propostas.

Para o Tribunal de Contas da União:

A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste Acórdão 1.446/2015 - Plenário

O vínculo do profissional qualificado não precisa, portanto, ser necessariamente trabalhista ou societário. É suficiente a existência de um contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum (Acórdão nº 1.842/2013-Plenário).



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



Por seu turno, de modo análogo, diz a Súmula 25 do TCE/SP:

SÚMULA N. 25 – Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

Entendimento análogo é o defendido por estudiosos no tema:

Então, consideramos que há três possibilidades para tal comprovação: Vínculo trabalhista, contratual ou societário. Sendo por contrato, esta comprovação se faz por meio de apresentação de cópia autêntica de instrumento de contrato de prestação de serviço. Este contrato deverá criar um vínculo de RT (responsável técnico) com o licitante. <https://portal.conlicitacao.com.br/artigos-juridicos/exigencia-de-vinculo-empregaticio-responsavel-tecnico/>

Desse modo, considerando que o edital de Tomada de Preços acima referenciado reza ser plausível que a demonstração do vínculo ocorra em um dos meios previsto na legislação, não se identifica nenhum ato excessivo.

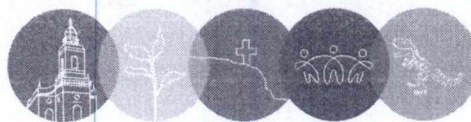
e)na sequencia, depreende-se, mais uma vez, que a empresa impugnante faz uma pequena distorção interpretativa relacionada a solicitação do item 6.7.4, prevista no inciso III, do art. 30, da legislação aplicável, *ipsis litteris*:

Art. 30. *omissis*

(...)

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Isto posto, esclarecemos, inobstante a clareza da redação do item, que alinha-se a do normativo legal, que a declaração é fornecida pelo órgão licitante, conforme as disposições lá indicadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santarense*



#### IV. DA CONCLUSÃO

Assim, diante do exposto, após apreciação das irresignações contidas no PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO apresentado pela empresa D.S.ASSESSORIA, a Sra. Presidente da Comissão de Licitação, CONHECE o mesmo porque tempestivo, mas no MÉRITO, não dá provimento ao mesmo, porquanto não entendeu como acertadas as suas razões, não havendo mal ferimento ao princípio da igualdade, considerando ainda, que as questões poderiam ser solucionadas mediante pedido de esclarecimentos, pois conforme restou demonstrado, a interpelação consistiu na compreensão inexata do texto do edital, inobstante os critérios terem sido lançados de modo claro e dentro dos parâmetros de legalidade.

Isto posto, delibera-se em manter todas as disposições do edital de Tomada de Preços nº 12.01.2021.01-TP.

Santana do Cariri-CE, 27 de janeiro de 2021.

Michele Ferreira Gonçalves

**Michele Ferreira Gonçalves**  
**Presidente da Comissão de Licitação**

Membros:

Alexsandra de Alencar Lima  
**Alexsandra de Alencar Lima**

Lucas Justino Caetano  
**Lucas Justino Caetano**



Santana do Cariri &lt;licitasantana2021@gmail.com&gt;

**Resposta a Impugnação do Edital da Tomada de Preços nº12.01.2021.01-TP**

1 mensagem

Santana do Cariri <licitasantana2021@gmail.com>  
Para: Denilson Souza <d.s.assessoria@hotmail.com>

27 de janeiro de 2021 15:59

Boa tarde, segue em anexo resposta a impugnação do edital tomada de preços nº12.01.2021.01-TP, protocolado no dia 22/01/2021, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços de consultoria técnica na área de compras governamentais.

atenciosamente,

a comissão de licitação.

 **Resposta a Impugnação.pdf**  
2066K

